



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2756 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 02 - História da Educação

O Boletim da CBAI como difusor do escolanovismo nas escolas técnicas industriais brasileiras (1946-1961)
Talita Bordignon - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

O Boletim da CBAI como difusor do escolanovismo nas escolas técnicas industriais brasileiras (1946-1961)

Resumo: Por este texto, busca-se apresentar o *Boletim da CBAI* (Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial) como fonte histórica importante para a compreensão dos métodos e processos pedagógicos adotados pelas escolas técnicas industriais brasileiras durante o nacional desenvolvimentismo (1946-1961). Sob o ponto de vista do materialismo histórico e dialético, o texto busca apresentar o periódico como difusor do escolanovismo que, neste caso, configura-se como um dos instrumentos de certas frações de classe em sua busca por hegemonia. A Educação técnica industrial seria a via de acesso para que a sociedade se adaptasse ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em vias de consolidação, e o periódico foi um dos veículos que facilitaram este processo

O Boletim da CBAI como difusor do escolanovismo nas escolas técnicas industriais brasileiras (1946-1961)

Resumo: Por este texto, busca-se apresentar o *Boletim da CBAI* (Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial) como fonte histórica importante para a compreensão dos métodos e processos pedagógicos adotados pelas escolas técnicas industriais brasileiras durante o nacional desenvolvimentismo (1946-1961). Sob o ponto de vista do materialismo histórico e dialético, o texto pretende apresentar o periódico como difusor do escolanovismo que, neste caso, é visto como um dos instrumentos de certas frações de classe em sua busca por hegemonia. A Educação técnica industrial seria a via de acesso para que a sociedade se adaptasse ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em vias de consolidação, e o periódico foi um dos veículos que facilitaram este processo

O nacional desenvolvimentismo ganhou forma no Brasil a partir da segunda metade da década de 1940. De 1945 em diante, a classe trabalhadora passou a rogar maior participação política e os setores agrário-exportadores assistiram a redução de seu poder para com os rumos que o país deveria tomar. Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que se combinaram os interesses dos trabalhadores com os da burguesia industrial e é desta época a aprovação das leis que, pelo menos aparentemente, beneficiavam os trabalhadores.

Analisando a conjuntura do período, pode-se dizer que as leis trabalhistas mantiveram as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. A preocupação era fazer com que o país se desenvolvesse sem que fosse necessário procurar ajuda econômica internacional. E, para tanto, a estratégia foi organizar, controlar e utilizar a força política das classes assalariadas em favor da política nacional desenvolvimentista (IANNI, 1975).

Quando a ideia de país independente sem auxílio externo não mais se sustentou, aliar o capital nacional ao estrangeiro se apresentou como alternativa válida. Este novo modelo de desenvolvimento estava ganhando maior espaço e a sustentação da ideia de um Brasil independente economicamente não duraria muito tempo.

Houve embate entre os nacional-desenvolvimentistas e os liberais que, por sua vez, não podem ser considerados monolíticos: o liberalismo estava por redefinir as premissas básicas do *laissez-faire*, considerando as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no pós-guerra, para além das crises que movimentaram o capitalismo internacional, desde 1929. No Brasil, a teoria neoliberal ganhou espaço entre os intelectuais logo após a Segunda Guerra Mundial. Seus teóricos ocuparam-se em convencer a opinião pública – e os governos que se seguiram – que os ajustes à sua base teórica se dariam para a sua reconfiguração a fim de lhe garantir força.

Soma-se à efervescência do debate neoliberal a ideia de industrializar-se que, durante a Segunda Guerra Mundial ganhou força. Com a demanda industrial gerada pela guerra, foi preciso qualificar a mão de obra: esta “nova” sociedade brasileira deveria ser moldada por meio da educação técnica nas escolas profissionalizantes, já que a formação humana também deveria estar prevista nos programas dos cursos de formação profissional, para além de aprender a manusear instrumentos e máquinas. Tendo a industrialização como estratégia de desenvolvimento econômico, a educação técnica sob responsabilidade do Estado passou a ter papel fundamental no processo de treinamento de pessoal para a indústria, já que não havia operários qualificados, nem recursos financeiros que pudessem ser aplicados para tal.

Desde 1946, quando se comprovou que os recursos financeiros disponíveis não seriam suficientes para custear a expansão deste ramo de ensino – necessário para a formação da mão de obra que tornaria real o desenvolvimento econômico –, o governo e os setores interessados não hesitaram e consentiram a interferência dos Estados Unidos nas políticas do Estado brasileiro. Desta feita, foram assinados vários acordos nos mais diversos setores: são entendimentos, acordos de cooperação e de empréstimo, convênios, memorandos e emendas de todos os tipos, em todas as áreas da máquina pública.

1. A criação da CBAI e o *Boletim*

Os primeiros sinais de cooperação entre as partes para a educação técnica foram de 1946, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmou um convênio com a *Inter-American Educational Foundation* (IAF) vinculada ao governo dos Estados Unidos. Denominado “Acordo Básico”, este primeiro convênio para a educação técnica foi prorrogado em 1951 e em 1955, num Termo Aditivo que estendeu suas ações até 1960.

Para instrumentalizar os acordos foi criada a Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial – a CBAI – órgão subordinado aos governos brasileiro e estadunidense, e responsável por executar as ações e projetos do programa de aperfeiçoamento do ensino industrial. A comissão teve representantes de ambas as partes: de um lado, o Superintendente da CBAI, responsável brasileiro, sempre o Diretor do Ensino Industrial do MEC. O representante estadunidense era o Chefe da Delegação Americana.

Entre 1946 e 1961, período em que atuou, a CBAI publicou um informativo que tratava de assuntos relacionados à aprendizagem industrial e à formação dos trabalhadores. O objetivo do *Boletim da CBAI* foi divulgar os feitos da comissão aos dirigentes das escolas técnicas industriais, dar ciência do montante gasto pelos convênios bilaterais à medida que os governos liberavam os financiamentos e propagar a doutrina liberal por meio da educação ocorrida nas escolas técnicas industriais. De acordo com Jesus Belo Galvão, editor do *Boletim*, a CBAI deveria:

[...] promover, por parte de professores e dirigentes do ensino industrial, a meditação constante dos diversos problemas de educação, bem como ministrando subsídios, no tocante à Cultura Geral e à Cultura Técnica. A par disso, vem-se esforçando o *Boletim* por, cada vez mais, congregar professores e dirigentes em torno do objetivo precípua de, ajustando ideias e aprimorando métodos, maior utilidade e eficiência na formação humana e profissional do nosso aluno. *Preocupando-se em equilibrar a seção doutrinária e a de subsídios com a já variada e frequente parte noticiosa, nem por isso deixa de ressentir-se da ausência de notícias, dados e informações das escolas.* [...] (CBAI, nº 1, vol. V, janeiro de 1951, p. 577, grifos meus)

O *Boletim* não publicou apenas relatórios. Por meio dos textos escritos por convidados, membros da CBAI – que eram direta ou indiretamente ligados à elite industrial –, ou extraídos de outras publicações à época, se comprovavam os objetivos aos quais se prestava este ramo de ensino e a que se valia sua articulação com outras agências. Os textos veiculados ali não necessariamente foram escritos com exclusividade ao *Boletim*; alguns deles foram extraídos de livros ou de outras revistas mensais mantidas por organismos, entidades ou instituições responsáveis pelo desenvolvimento de outras áreas da administração pública ligadas à formação do cidadão trabalhador e preocupadas com sua vida pessoal em horário de trabalho, ou não. A escolha dos artigos publicados pelo *Boletim*, portanto, segue propósitos bem delineados. As informações prestadas ali seguem uma intencionalidade, considerando o público a que o periódico pretendia atingir. Não faziam sua leitura os estudantes das escolas, tampouco suas famílias. O alvo foram os diretores, professores e demais profissionais que atuavam com a prática educativa e que tinham relacionamento direto com os estudantes. Se havia um plano, foram estes os intelectuais orgânicos responsáveis por fazê-lo consumado.

Sob este ponto de vista, não foi ao acaso que se selecionaram artigos de revistas da área da saúde, de médicos, higienistas, psicólogos, professores universitários brasileiros e norte-americanos, técnicos, empresários e suas organizações para o mundo do trabalho. Os diversos e variados órgãos que compunham a administração estatal se mostraram articulados e em pleno diálogo entre si, de modo a garantir a execução de um objetivo – desenhado conforme a base teórica dos grupos que se mantinham no poder à medida em que os governos se sucediam. O *Boletim da CBAI* propunha-se, portanto, a divulgar informações sobre o cotidiano das escolas para haver troca de experiência entre elas, mas com preocupação em doutrinar os envolvidos com a educação dos jovens aprendizes.

Pode-se dizer que o *Boletim*, por meio dos intelectuais que operacionalizaram sua ideologia, procurou organizar a sociedade de acordo com os ideais dos grupos que estão no poder. Agiu organicamente para firmar os pressupostos neoliberais, impedindo outra possibilidade de organização social e garantindo a hegemonia de certas frações de classe.

2. A Educação como possibilidade de renovação dos moldes do coletivo social

No contexto de crescimento do parque industrial e urbanização, a burguesia sentiu a necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento articulando seus intelectuais orgânicos em torno do debate sobre a formação da mão de obra. Foi para atender aos princípios do projeto liberal de manutenção da hegemonia burguesa que a educação foi tomada como a via de acesso.

A CBAI corroborou desse discurso exaltando a atuação do Estado para com a organização do ensino profissionalizante no país, de modo a ressaltar a importância da atuação dos trabalhadores neste processo. Em artigo publicado em fevereiro de 1954 no *Boletim*, por exemplo, Anísio Teixeira afirmou que o ensino técnico é o ramo que tem por objetivo *educar humanamente* os alunos: “[...] Nenhuma outra educação será capaz de formar melhores humanistas. [...] A minha palavra é apenas esta: perfeita unidade entre a educação e o homem. Toda educação é uma só: predominantemente técnica industrial. [...]” (CBAI, 1954, p. 1186, n. 2, v. VIII). Se até aquele momento o trabalho manual era tido como vergonhoso e, por este motivo, destinado às classes subalternas, a partir daí o discurso se adaptou para convencer a população de que o trabalho traz dignidade, com o fim de assegurar operários suficientes para o trabalho nas fábricas.

O professor de cultura técnica é ao mesmo tempo orientador, conselheiro e guia [...]. Como orientador deve dar ênfase à importância que tem a profissão para a qual o jovem se está preparando, mostrar-lhe as possibilidades e dizer-lhe que é uma honra trabalhar com as mãos. (CBAI, 1954, p. 1323, n. 11-12, v. VIII).

Foi neste contexto que os métodos de ensino e aprendizagem começaram a ser repensados. Não havia motivo para continuar levando adiante uma educação que fosse baseada no medo e na repetição de lições, numa atitude descolada da realidade da vida dos estudantes – tal como era na proposta da pedagogia tradicional. Para citar um exemplo do debate entre os educadores no sentido da mudança nos processos educativos, Florindo Villa Alvarez, da Escola Técnica de Curitiba, publicou no *Boletim da CBAI* defendendo a renovação dos métodos de ensino: “Urge uma profunda mudança de mentalidade, através da criação e fixação de novos hábitos e atitudes educacionais”. Para ele, era preciso “renovar conceitos” e operar uma “séria reforma de base da educação no Brasil”. (CBAI, 1958, p. 16, n. 1, v. XII).

Foi neste cenário que ganharam expressão alguns dos intelectuais que levaram adiante um movimento que, na Europa, vinha circulando desde o final do século XIX por orientação do pedagogo suíço Adolphe Ferrière, e que ficou conhecido como Educação Nova, Escola Nova ou Escola Ativa. No Brasil, três intelectuais da educação à época figuraram como divulgadores desta nova corrente educacional: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Quando se refere a eles, Dermeval Saviani (2007) usa o termo “tríade cardinalícia”, dada a importância da contribuição destes intelectuais à divulgação do escolanovismo como método a ser adotado na prática pedagógica. Lourenço Filho dedicou-se ao ensino de psicologia, além da pedagogia e, em associação com Roberto Mange, preocupou-se em difundir a psicotécnica nas escolas e em empresas – uma das preocupações da Escola Nova. Fernando de Azevedo, que mantinha estreitas relações com Lourenço Filho, também foi um intelectual preocupado com a divulgação da doutrina escolanovista, principalmente porque seus estudos se baseiam na obra de Durkheim. Tão importante quanto os dois primeiros, é a figura de Anísio Teixeira, outro intelectual orgânico difusor da Escola Nova. O *Boletim da CBAI* faz poucas citações diretas à obra destes autores, mas não esconde sua filiação teórico-metodológica quando decide por publicar textos que defendem a aplicação do escolanovismo como método incontestado nas escolas técnicas industriais. Seu conteúdo encontra-se entranhado ao ideário divulgado pela comissão enquanto intelectual orgânico da burguesia em busca de afirmação de sua hegemonia.

Em fevereiro de 1951, por exemplo, o *Boletim* publicou o prefácio à tradução portuguesa do livro “A escola ativa”, de Ferrière. Ele escreve em tom de vitória, com muitas exclamações, dando a impressão de que está a comemorar algo. Felicita os educadores latino-americanos que, finalmente, haviam adotado uma forma diversa de enxergar o mundo através de um novo método pedagógico. “[...] E, como todos combatentes por um ideal humano e elevado, como todos os espíritos sinceros que não têm outra arma senão sua consciência e a sua boa-fé, os defensores da Escola Ativa bradarão gostosamente: ‘Deus está conosco!’” (CBAI, 1951, p. 600, n. 2, v. V)

A preocupação com o controle do comportamento dos estudantes em sua formação foi uma constante que se verificou em vários lugares do Brasil, por influência das ideias dos intelectuais envolvidos com o movimento de renovação educacional e se manteve resistente ao tempo. O *Boletim* não fugiu a este movimento e difundiu, em suas entranhas, os pressupostos escolanovistas quando se analisa o conteúdo das ideias veiculadas pelos autores ao longo da publicação dos números. Quase a totalidade dos textos que se referem à Educação apresenta conteúdo cuja linha de raciocínio segue a dos renovadores, principalmente o que se refere à unificação diferenciadora de Durkheim para justificar a utilidade dos estudos de biologia e psicologia. Considerando a intenção de alocar os estudantes em funções adequadas às suas aptidões pessoais para manter intactas as diferenças entre os indivíduos é que a CBAI se preocupou com a formação ou o aprimoramento de intelectuais que orientassem os estudos sobre a vida pessoal e individual dos alunos – ou dos operários já em trabalho: foram os orientadores profissionais e educacionais. Os textos que tratam deste assunto são inúmeros.

É neste sentido que serviam muitos dos artigos publicados no *Boletim*: dezenas deles demonstraram preocupação com os métodos que deveriam ser utilizados na observação para a classificação de cada indivíduo. Em artigo publicado em 1954, Riva Bauzer busca classificar em categorias os diferentes comportamentos que as pessoas assumem diante das mais variadas situações com que se deparam durante a vida. Segundo ela, cada um se comporta de uma forma em

suas relações interpessoais, o que é suficiente para que haja diferenciação entre as pessoas. As diferenças individuais, por sua vez, não são apenas herdadas, mas também moldadas de acordo com o ambiente em que o indivíduo se insere. “As pessoas apresentam, entre si, diferenças de aptidões, capacidades, habilidades, interesses, da mesma maneira que diferem quanto ao peso, à altura, à cor do cabelo, ao formato das unhas [...]” (CBAI, 1954, p. 1170, n. 1, v. VIII).

Este contexto favoreceu a Escola Nova como doutrina que, predominantemente, possibilitou a penetração da ideologia liberal nas entranhas da sociedade industrial que se formava. É possível inferir, portanto, que por ter adotado esta concepção educacional, a CBAI agiu na intenção de alijar a massa de trabalhadores da condição de participantes ativos no coletivo social para relegá-los à condição de sujeitos tomados individualmente – e membros de um organismo – que servem ao grupo hegemônico. Tudo isto sem desconsiderar a intenção de moldar uma sociedade americanizada e fordizada, tal como na análise gramsciana acerca da construção da sociedade industrial na América. A difusão destes princípios pelo *Boletim da CBAI* o coloca como difusor do escolanovismo nas escolas técnicas industriais brasileiras. Considerando a importância que tiveram neste contexto, não é difícil explicar a insistência quanto à renovação do método educacional que se utilizava no dia a dia com os alunos atendidos nestes colégios. A industrialização previa forçosamente uma dinâmica de ensino que atendesse à formação de pessoas que se encaixassem ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. É por isso que a figura dos educadores ligados à divulgação do escolanovismo ganhou vulto tão expressivo neste contexto: a Escola Nova foi o receituário que garantiu a formação de indivíduos adequados ao projeto de sociedade almejado pela democracia liberal.

3. Referências

- ALVAREZ, Florindo Villa. Conferência do Prof. Florindo Villa Alvarez na Escola Técnica de Curitiba. **Boletim da CBAI**. Curitiba, v. XII, n. 1, p. 16, out. 1958.
- BAUZER, Riva. Conceituação de Personalidade. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, p. 1170-1174, jan. 1954.
- BOLOGNA, Ítalo. Problemas do Ensino Industrial. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 11/12, p. 1325-1329, nov./dez. 1954.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FERRIÈRE, Adolphe. A Escola Ativa. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, v. V, n. 2, p. 600-601, fev. 1951.
- GALVÃO, Jesus Belo. Editorial – Mais um ano de vida. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, v. V, n. 1, p. 577-577, jan. 1951.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 394 p. (Cadernos do Cárcere; v.4).
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1975. 3a Ed.
- SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- TEIXEIRA, Anísio. O Humanismo Técnico. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, p. 1186-1186, fev. 1954.